

Requerimento (CN) nº 3, de 2014

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

Iniciativa:

Ementa:

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa "SMB Offshore"; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Assunto: -
Data de Leitura: 03/02/2015

Tramitação encerrada

Decisão: À publicação para que produza efeitos **Último local:** -
Destino: - **Último estado:** 03/02/2015 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

TRAMITAÇÃO

21/02/2019 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Ao Arquivo.

15/02/2019 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Encaminhado por solicitação.

28/03/2016 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

10/02/2015 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado Ofício CN nº 23, de 10/02/2015, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do presente requerimento, em razão do término da 54ª Legislatura. Nos termos do inciso II do artigo 76 do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, primeiro subsidiário do Regimento Comum, a Presidência declara a extinção da Comissão Mista, e o seu encaminhamento ao Arquivo. (fl. 37).

Ao Arquivo.

TRAMITAÇÃO

04/02/2015 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Recebido neste órgão às 11:30 hs.

03/02/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou, no dia 31 de janeiro de 2015, o prazo da Comissão, em razão do término da 54ª Legislatura.
Nos termos do inciso II do artigo 76 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, a Presidência declara extinta a Comissão.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 656

03/02/2015 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: Ao Plenário.

01/08/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

07/05/2014 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 20:56 – O Sr. Presidente Senador Renan Calheiros responde e indefere as questões de ordem formuladas pelos Senadores José Pimentel e Gleisi Hoffman e pelos Deputados Afonso Florence, Danilo Forte, Mendonça Filho e Rubens Bueno; recorrendo, de ofício, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. (Recurso nº 1, de 2014-CN)

Publicado no DCN Páginas 22-23

07/05/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Plenário.

16/04/2014 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Recebido na Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional na presente data às 16 horas.

15/04/2014 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 19:35 - Leitura.
São suscitadas Questões de Ordem, sucessivamente, pelos Deputados Mendonça Filho, Afonso Florence, Danilo Forte e Rubens Bueno; tendo o Sr. Presidente Senador Renan Calheiros anunciado que responderá as questões oportunamente.
O Requerimento lido contém o número constitucional de subscritores e será publicado para que produza seus efeitos legais.

Publicado no DCN Páginas 133-167

15/04/2014 CN-PLG - PROTOCOLO LEGISLATIVO-CN

Ação: Este processo contém (.....) folhas numeradas e rubricadas.

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

RQN 3/2014

Data: 15/04/2014

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros.

Local: null

Descrição/Ementa: Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa "SMB Offshore"; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Avulso inicial da matéria

Data: 15/04/2014

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: 19:35 - Leitura.

São suscitadas Questões de Ordem, sucessivamente, pelos Deputados Mendonça Filho, Afonso Florence, Danilo Forte e Rubens Bueno; tendo o Sr. Presidente Senador Renan Calheiros anunciado que responderá as questões oportunamente. O Requerimento lido contém o número constitucional de subscritores e será publicado para que produza seus efeitos legais.